



Gerardo Magela/Agência Senado

## Senado celebra 25 anos de liberdade e cidadania



Rubem Azevedo, Bernardo Cabral, Henrique Alves, Michel Temer, Renan Calheiros, José Sarney, Lula e Nelson Jobim ouvem Fafá de Belém cantar o Hino Nacional diante da célebre imagem de Ulysses

Em sessão solene ontem no Senado foram comemorados os 25 anos da Carta Magna. As garantias políticas, as inovações no campo social e o caráter cidadão da Constituição de 1988 foram destacados por senadores e convidados. A

Medalha Ulysses Guimarães foi entregue aos ex-presidentes José Sarney e Luiz Inácio Lula da Silva, além de a todos os atuais senadores que participaram da Assembleia Nacional Constituinte. Fafá de Belém cantou o Hino Nacional na abertura da solenidade,

coordenada por Renan Calheiros, presidente do Senado, para quem a Constituição é um organismo vivo que contém a alma de uma nação. Relator da Constituinte, Bernardo Cabral relembrou as palavras de Ulysses Guimarães na promulgação da Carta. **3, 4 e 5**

**Avança criação de agência de assistência técnica rural 7**

**Busca por acordos deve ser estimulada, dizem juristas 2**

**Comissão mista aprova relatório da MP da Lei da Seca 7**

**Plano Nacional de Educação recebe sugestões em audiência 6**

**Começa hoje debate da PEC de combate ao trabalho escravo 7**

### Grupo vai propor medidas contra emissão de carbono

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) criou grupo de trabalho formado por senadores, ambientalistas e especialistas para apresentar, em 90 dias, propostas que estimulem as baixas emissões de

carbono. A criação de uma taxa, imposto ou contribuição ambiental será discutida. A iniciativa foi tomada a partir do seminário Política Tributária e Sustentabilidade: uma plataforma para a nova economia. **8**

Presidente da CAE, Lindbergh Farias (C) coordena seminário sobre economia e sustentabilidade: grupo de trabalho será dirigido pelo senador Rodrigo Rollemberg

Pedro França/Agência Senado



# quintas Femininas

**Primeira Palestra  
Aplicação da Lei Maria da Penha**

Palestrante: Dra. Márcia Teixeira, promotora de justiça e membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

**Data:** 31 de outubro

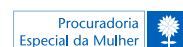
**Horário:** 15h

**Local:** Plenário 2

Ala Senador Nilo Coelho

Senado Federal

**Mais informações:** 3303-1710



Secom — Criação e Marketing



# Juristas dizem que Brasil deve estimular acordos

Participantes de audiência defendem estratégias de incentivo a arbitragem e mediação para desafogar a Justiça. Senado analisa três projetos que tramitam em conjunto e podem ser votados ainda neste ano

O BRASIL PRECISA desenvolver a cultura do não litígio. A opinião é de especialistas que ontem participaram de audiência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para discutir três projetos sobre mudanças na Lei de Arbitragem e na criação de uma lei de mediação.

— Nas nossas faculdades de Direito aprendemos e ensinamos a processar, a litigar, a recorrer eternamente, mas não aprendemos a fazer um acordo, buscar uma arbitragem, uma mediação — afirmou o representante do Ministério da Justiça, Flavio Caetano.

Para ele, essa conscientização passa pela inclusão do tema nas provas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de concursos públicos e por uma estratégia nacional.

Duas propostas em discussão foram elaboradas pela comissão de juristas que funcionou no Senado até outubro: reforma da Lei de Arbitragem (PLS 406/2013) e um marco legal para a mediação (PLS 405/2013). O outro projeto (PLS 517/2011), de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), disciplina a mediação para prevenção e solução de conflitos.



Vital (C), presidente da CCJ, ouve exposição de Luís Inácio Adams na audiência

Arbitragem e mediação são apontadas como instrumentos para desafogar o Judiciário. Números apresentados pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão, que presidiu a comissão de juristas, mostram que, nos últimos 25 anos, o número de processos no Brasil cresceu 80 vezes, enquanto o de juízes cresceu 4 vezes.

O ex-ministro do STJ Aldir Passarinho Junior se diz cético com relação aos resultados na redução de disputas na Justiça.

— Uma prestigiosa câmara de arbitragem divulgou, recentemente, um relatório de que tinha realizado 39 arbitragens no ano de 2012 — argumentou.

Outro ponto ressaltado pelos participantes é o alto custo

dessas alternativas. Para Passarinho, é preciso enfrentar a questão para que o uso desses instrumentos se propague — opinião semelhante à do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams. Para ele, nas ações que envolvem o setor público, a lei pode avançar com muito mais firmeza.

Presidente da CCJ e relator dos projetos, Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse acreditar em bons resultados e informou que amanhã haverá outra audiência, com representantes do Ministério Público, do Judiciário e da Confederação Nacional da Indústria. O senador pretende apresentar em breve o relatório para que o projeto seja votado ainda este ano pelo Senado.

## Jarbas critica sessão plenária em dia de ponto facultativo



Moreira Mariz/Agência Senado

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse ontem que lhe causou estranheza decisão da Mesa do Senado que convocou sessão para o dia anterior, 28 de outubro, data em que a Casa adotou ponto facultativo em comemoração ao Dia do Servidor Público.

Na opinião do parlamentar, decretar ponto facultativo é uma “anomalia” decorrente da dificuldade da Mesa de “assumir” a concessão de um feriado, quando “é evidente que ninguém vai trabalhar”.

Jarbas reclamou que chegou ao Senado ontem e encontrou a Casa “acéfala”.

— Se está se tentando recuperar a imagem do Senado, eu acho justo. Mas não é dessa maneira: decretar ponto facultativo e ao mesmo tempo ter uma sessão, onde a Casa não funciona — disse.

Jarbas pediu ainda que a situação não se repita, pois, segundo ele, isso depõe contra a história e tradição da Casa.

## Cyro Miranda registra passagem do Dia do Servidor Público

Cyro Miranda (PSDB-GO) cumprimentou ontem todos os servidores públicos do Brasil, especialmente os do Senado, pela passagem do Dia do Servidor Público.

Ele afirmou que os servidores públicos fazem parte de “uma valorosa classe de trabalhadores” e ressaltou o esforço de cada um desses profissionais do Senado no sentido de possibilitar a atividade parlamentar.

— Sem o esforço de cada servidor do Senado Federal, não seria possível realizar as inúmeras tarefas que envolvem o exercício do mandato parlamentar. O corpo de servidores do Senado é da mais alta estatura e qualificação profissional — elogiou.

O senador destacou ainda a dedicação desses profissionais, que, segundo ele, demonstram prontidão para servir, não importando a tarefa para a qual são designados.

— Temos aqui especialistas de diversas áreas, com ampla capacidade de assessoramento parlamentar e sempre dispostos a nos orientar tanto no Plenário quanto nas comissões — afirmou.

## Mozarildo homenageia servidor e pede estímulo à carreira pública

Os servidores públicos são a base para o desenvolvimento do país, destacou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), em discurso de homenagem ao Dia do Servidor Público. Ele próprio servidor de carreira, Mozarildo lamentou a falta de política de valorização da categoria, responsável por funções fundamentais para a nação.

O senador defendeu a implantação da carreira de Estado para os médicos. A medida, salientou, seria o início da cura definitiva do problema de falta de médicos no Brasil.

— É preciso que haja realmente estímulo para a pessoa permanecer no serviço público — acrescentou.

## Cassação

Mozarildo fez um apelo ao relator do processo de cassação do atual governador de Roraima, Anchieta Júnior, em andamento no Tribunal Superior Eleitoral desde 2011, para que dê uma decisão para o caso.

— Não dá para acreditar que já vamos chegar ao ano que vem, à eleição, e não há sequer julgamento — criticou.

## Renan lamenta morte do jornalista Maurício Azêdo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lamentou ontem a morte, aos 79 anos, do jornalista Maurício Azêdo (foto), presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ocorrida sexta-feira. Ele também era membro do Conselho de Transparência e Controle



Social do Senado. “Aos profissionais de imprensa a minha solidariedade ante a perda de um dos seus mais brilhantes profissionais. À família, meus votos

de profundo pesar, certo de que seu exemplo sempre será uma referência para todos”, lamentou Renan.

## Assembleia da Paraíba aplaude encarte do Senado sobre violência



A Assembleia Legislativa da Paraíba prestou uma homenagem ao encarte do **Jornal do Senado O Inferno das Mulheres**, sobre os resultados da CPI da Violência contra a Mulher.

De acordo com a deputada estadual Iraê Lucena (PSDB), que propôs o voto de aplauso, o encarte presta “relevantes serviços” à sociedade.

O material foi publicado em 4 de julho e pode ser lido no site [www.senado.leg.br/mariadapenha](http://www.senado.leg.br/mariadapenha).

### CORREÇÃO

O **Jornal do Senado** errou ontem ao informar, na página 3, que o senador Luiz Henrique integra o PSDB de Santa Catarina. O partido do senador é o PMDB.

### ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário depois das 17h45 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Pauta trancada

14h Pauta trancada por MP que abre crédito para produtores de etanol do Nordeste.

### PRESIDÊNCIA Governador do RS

9h30 Renan Calheiros recebe o governador do RS, Tarso Genro; às 11h, celebração dos dez anos do Bolsa Família, no Museu da República; às 12h30, recebe o senador Paulo Bauer e parlamentares da Suíça; às 16h, preside a ordem do dia.

### CI Telecomunicações no Brasil

7h30 Comissão debate futuro das telecomunicações e examina texto sobre diretrizes da Política de Mobilidade Urbana.

### CAS Peso de mochilas

9h Projeto que limita peso nas mochilas de estudantes na pauta da comissão.

### CDR Dívidas de crédito rural

9h Examina texto que muda parâmetros de renegociação de dívidas de crédito rural.

### CCJ Relógios de dupla tarifação

10h Projeto que obriga concessionárias de energia elétrica a instalarem relógios de dupla tarifação para produtores rurais.

### CAE Compensação de perdas

10h Comissão de Assuntos Econômicos pode votar texto que compensa perdas de estados e municípios com o ICMS.

### SEMINÁRIO Escolas de Governo

10h Associação Brasileira de Escolas do Legislativo promove, hoje e amanhã, o 22º encontro nacional da entidade, no Interlegis, com o seminário Escolas de Governo: democracia e cidadania.

### CONSTITUIÇÃO CIDADÃ Mostra

11h30 Abertura da exposição *A Participação Popular nos 25 Anos da Constituição Cidadã*, no Senado Galeria.

### CPI DA ESPIONAGEM Requerimentos

14h Reunião para avaliar requerimentos.

### EXECUÇÃO PENAL Reunião de trabalho

14h30 Reunião da comissão de juristas que elabora anteprojeto para a atualização da Lei de Execução Penal.

### SEGURANÇA PÚBLICA Audiência

15h Comissão temporária de segurança faz debate com representantes do Ministério da Justiça e Frente Nacional de Prefeitos e secretário de Segurança de MT.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Ex-presidentes da República; o relator-geral da Constituinte, Bernardo Cabral; senadores constituintes e representantes da sociedade receberam a medalha Ulysses Guimarães

# Senado reverencia a Constituição Cidadã

AS GARANTIAS POLÍTICAS, as inovações no campo social e o caráter cidadão da Constituição de 1988 foram destacados na sessão solene realizada ontem pelo Senado em homenagem aos 25 anos da Carta Magna. Foram condecorados com a Medalha Ulysses Guimarães os ex-presidentes José Sarney e Luiz Inácio Lula da Silva, além de todos os atuais senadores que participaram da Assembleia Nacional Constituinte.

Ao abrir a sessão, o presidente do Senado, Renan Calheiros — ele também constituinte e

um dos homenageados —, enumerou as inovações do documento aprovado em 1988, como o atendimento especial às pessoas com deficiência, a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento dos direitos dos quilombolas, a previsão de referendos e plebiscitos, a garantia do salário mínimo e o fortalecimento do Ministério Público.

— São 78 direitos individuais e coletivos, além dos 58 dispositivos dos direitos sociais. Muitas dessas conquistas tornaram-se realidade com o trabalho dos congressistas

— observou Renan Calheiros.

A iniciativa da homenagem de ontem é fruto de um projeto do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que em discurso exaltou o momento vivido pelo país, em que os filhos e netos dos que redigiram uma nova Constituição estão livres para ir às ruas exercer democraticamente o direito de protestar contra o que quiserem.

## Medalha

A sessão para homenagear os 25 anos da Constituição começou com o Hino Nacional cantado por Fafá de Belém e

com o discurso do presidente do Senado e seguiu com a entrega da medalha Ulysses Guimarães aos homenageados. Os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor (PTB-AL) também foram agraciados, mas não participaram da solenidade.

As medalhas foram entregues aos homenageados por Renan Calheiros. Aprovada pelo Senado em agosto, a comenda leva o nome do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, sendo concedida a pessoas ou empresas que se destacarem na promoção da

cidadania e do fortalecimento das instituições democráticas.

Compuseram a mesa da sessão especial ao lado de Renan os ex-presidentes da República Sarney e Lula, o vice-presidente da República, Michel Temer, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, o relator-geral da Assembleia Constituinte de 1988, Bernardo Cabral, o jurista Nelson Jobim, a cantora Fafá de Belém e o jornalista Rubem Azevedo Lima, também homenageados na solenidade.

(Leia mais nas páginas 4 e 5)



Bernardo Cabral, Henrique Eduardo Alves, Michel Temer, Renan Calheiros, José Sarney, Luiz Inácio Lula da Silva e Nelson Jobim à mesa da sessão especial pelos 25 anos da promulgação da Constituição

## Para Renan, a Carta de 1988 contém a alma do Brasil

Após a execução do Hino Nacional pela cantora Fafá de Belém, o presidente do Senado, Renan Calheiros, declarou que a Constituição é um organismo vivo que contém a alma de uma nação. Enaltecendo os direitos conquistados pela Carta de 1988, Renan ressaltou o compromisso de senadores e deputados com os dispositivos ainda não regulamentados.

Renan disse considerar que a Constituição, mais do que vários textos justapostos, é a interpretação de um momento histórico da sociedade.

— Por isso, nossa Constituição foi tão abrangente, tão minudente. Porque ela precisava alcançar, até individualmente, todos os brasileiros, para que eles se tornassem cidadãos — afirmou.

## Lei Maior ampliou a cidadania, diz José Sarney

Ex-presidente da República responsável pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte, o senador José Sarney (PMDB-AP) apontou a ampliação da cidadania como uma das conquistas da Constituição de 1988. Sarney foi um dos oradores na sessão solene de ontem.

O parlamentar citou ainda, como conquistas importantes, a estabilidade democrática, a transparência do Estado, a ampliação dos direitos sociais e a liberdade de imprensa.

Sarney disse que, ao convocar a Constituinte, tinha consciência dos desafios que ela representava, pelos exemplos históricos do país, desde a dissolução da Assembleia de 1823 e a outorga da Constituição de 1824 pelo imperador Pedro I.

## Cabral homenageia Ulysses lembrando discurso da promulgação

Relator-geral da Assembleia Nacional Constituinte, o ex-senador pelo Amazonas Bernardo Cabral reverenciou a memória do deputado federal Ulysses Guimarães (1916-1992) ao recuperar trechos do discurso “Estatuto do homem, da liberdade e da democracia”, marco da promulgação da Constituição federal de 1988.

“A Constituição certamente não é perfeita. Quanto a ela discordar, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca”, discursou Ulysses na ocasião, salientou Bernardo Cabral.

Ao mesmo tempo em que caracterizou Ulysses como “cirurgião plástico do fato”, o constituinte considerou “fantástico” ter cunhado o termo “Constituição Cidadã” para classificar a Carta de 1988.

## Sarney foi fundamental para a Constituinte, afirma Lula

Ao discursar na sessão especial para comemorar os 25 anos da Constituição, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez elogios ao senador José Sarney, que presidia o Brasil na época.

Segundo Lula, a presença de Sarney foi fundamental e tão importante quanto a atuação de Ulysses para a conclusão da Carta Magna. De acordo com Lula, Sarney jamais criou dificuldade para os parlamentares, mesmo quando era afrontado.

— Já que Ulysses Guimarães não está mais entre nós, quero lhe dizer que o senhor merece a minha homenagem pelo seu comportamento digno e por permitir que nós disséssemos todos os desaforos que pensávamos ter o direito de dizer — disse Lula se dirigindo a Sarney.

## Temer: Brasil precisa viver “democracia da eficiência”

O vice-presidente Michel Temer disse que o Brasil precisa viver uma terceira fase da democracia — a democracia da eficiência. Segundo ele, que foi constituinte, constituições anteriores já uniam democracia liberal e democracia social, mas os direitos sociais não eram colocados em prática. Com a Constituição de 1988, a democracia social foi executada.

— Quando dizemos que 35 milhões de pessoas saíram da pobreza e foram para a classe média, isso significou exatamente a aplicação das teses constitucionais.

Para Temer, o país precisa viver a democracia da eficiência. Essa fase deve vir, segundo ele, em resposta às mobilizações populares por reforma política e melhores serviços de saúde, educação e transporte.

## Jobim cita importância de Ulysses Guimarães na elaboração da Carta

Nelson Jobim, que foi deputado constituinte, lembrou o papel de Ulysses Guimarães na condução dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

— O ensinamento do processo constituinte é que a democracia não é a busca do consenso. É administração do dissenso e sua superação. O que o doutor Ulysses nos dizia era absolutamente verdadeiro: só os incompetentes e os amadores não sabem que em política até a raiva é combinada — disse ele.

Jobim, que já foi ministro de Estado e do Supremo Tribunal Federal (STF), lembrou que os parlamentares constituintes renunciaram as pretensões individuais em nome da promulgação da Constituição.



# Parlamentares e convidados destacam significado da Constituição

Diversos senadores destacaram, na sessão especial de ontem em homenagem aos 25 anos da Constituição, os avanços sociais e políticos do país no período.

A cantora Fafá de Belém, representante dos artistas que mobilizaram o povo pela convocação da Constituinte, disse que a história da democracia tem que ser lembrada todos os dias:

— É um momento de muita emoção, porque a transição democrática foi uma luta árdua.

O jornalista Rubem Azevedo Lima, de 90 anos, foi um dos homenageados. Ele disse que esse foi um momento de alto significado para o país:

— A Assembleia Nacional Constituinte fez uma obra-prima. O Brasil vivia uma ditadura, uma das mais duras. A Câmara e o Senado não tinham liberdade. Naquele momento, o país começou a abrir-se. A Assembleia Constituinte propiciou a reconstrução do país, em bases democráticas. Foi um momento histórico e valioso para o avanço do país.

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, destacou o papel da participação popular na Assembleia Constituinte:

— O verdadeiro construtor daquela Constituinte foi o povo brasileiro.

Conforme observou, após anos de ditadura, diversos segmentos organizados da sociedade buscavam incluir na Constituição proteção a seus direitos. No pronunciamento, ele leu um documento deixado pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte:

— A Constituição, dizia Ulysses Guimarães, se não é redentora, é auxiliadora. Não erradica todas as injustiças sociais, mas navega aceleradamente para o porto de paz e justiça entre os homens.

No documento, guardado por 25 anos num cofre na Câmara, Ulysses reafirma confiança na democracia e ensina que o governo deve estar próximo ao povo.

Leia o encarte especial do *Jornal do Senado* sobre os 25 anos da Constituição: <http://bit.ly/encarteCF>



De modo semelhante à sessão histórica de promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988, chuva de papel picado fez parte da celebração às conquistas constitucionais



Vital (E) entrega a Henrique Alves diploma também recebido por Rubem Azevedo (C)



Fafá de Belém foi agraciada, representando os artistas que lutaram pela Constituinte

## Vital louva liberdade conquistada pelos brasileiros

Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse que, graças à Constituição de 1988, os brasileiros hoje estão livres para sair às ruas e protestar.

— Hoje, os filhos da liberdade, hoje os filhos da plenitude do Estado democrático de direito podem ir às ruas, podem estar presentes de forma pacífica nos quatro cantos deste país — disse o senador.

Vital lastimou a situação daqueles de sua geração, como Henrique Eduardo Alves, presidente da Câmara dos Deputados, e ele próprio, que teve o pai e o avô cassados pela ditadura. E disse que, “com a graça de Deus”, aquele período jamais voltará.

— O que me resta é falar do presente, é apontar o futuro e dizer que, com a homenagem que o Senado está prestando neste momento, na medalha que cada um de nós carrega no peito, ao embalo e ao canto de Fafá de Belém, nós certamente teremos uma responsabilidade ainda maior, a partir dessa nova quadra, dessa nova década.



Algumas emendas causaram retrocesso, segundo Paim



Para o senador, texto lançou as bases de um pacto social



Mozarildo: Constituição instituiu estado de Roraima



Texto constitucional peca por ser detalhista, diz Aécio



Collor classifica a Carta como densa e inacabada



Inácio Arruda destaca grande participação popular



Senador elogia texto, mas critica medidas provisórias



Gurgacz lembra pioneirismo da Constituição de Rondônia



Segundo a senadora, 80% da pauta feminina foi aprovada



Senador relata convivência desde a criação do MDB



Ana Amélia cita democracia e liberdade de expressão

## Paulo Paim lembra pressão do povo sobre a Constituinte

Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem o “bom combate” da pressão popular e a influência dela na Constituinte. Ele considerou avançado o texto da Carta Magna, ainda que as demandas dos trabalhadores não tenham sido plenamente atendidas, e criticou o “retrocesso” que representam muitas emendas aprovadas depois.

Paim lembrou que na Constituinte defendeu o voto aberto, sobre o qual espera uma “posição histórica” do Senado na votação de hoje.

— Temos que assumir nosso voto e a população tem o direito de cobrar coerência — disse. Paim pediu apoio à proposta do orçamento impositivo, que, segundo ele, deve conduzir o Executivo a negociar com o Legislativo.

## Figueiró: Carta de 1988 é a mais democrática

Ruben Figueiró (PSDB-MS) lembrou que a Carta Magna de 1988, chamada pelo deputado Ulysses Guimarães de Constituição Cidadã, rompeu com o autoritarismo e ampliou direitos de participação política e social.

— Conseguimos lançar as bases de um novo pacto social, rompendo com o modelo absolutista e semeando os conceitos da social democracia — elogiou.

O senador afirmou que a Carta de 1988 teve a sabedoria de colocar o Brasil como um país de economia capitalista, mas ao mesmo tempo contempla princípios como função social da propriedade e a autorização constitucional do Estado para reduzir as desigualdades regionais e sociais.

## Mozarildo: texto continua forte no coração do povo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou em discurso que a esperança e a emoção que os brasileiros sentiram em 1988 continuam presentes. Para ele, a Constituição promulgada em 1988 é uma das mais avançadas do mundo, estabelecendo direitos e garantias fundamentais como faróis que norteiam os três Poderes da República e toda a sociedade.

— A Constituição federal é uma efetiva força na construção da cidadania há um quarto de século — afirmou. O senador comemorou também o fato de o estado de Roraima ter sido instituído pela Constituição de 1988 e destacou que o documento permite participação popular efetiva na vida do país.

## Aécio elogia direitos que se tornaram patrimônio do país

Pouco antes do início da sessão em homenagem aos 25 anos da Constituição, Aécio Neves (PSDB-MG) disse que a Carta Magna, embora possa “pecar por ser muito detalhista”, incorporou diversos direitos individuais e sociais ao cotidiano dos brasileiros.

— Esses direitos são hoje um patrimônio definitivo da sociedade brasileira — afirmou. Um dos constituintes mais jovens, com 28 anos à época, Aécio apresentou 46 propostas de emendas.

— Tive o privilégio de fazer parte daquele conjunto de brasileiros que teve uma oportunidade histórica, de permitir que o Brasil desse os mais vigorosos passos para consolidar a democracia.

## Para Collor, obra é densa, mas precisa ser regulamentada

Fernando Collor (PTB-AL), um dos homenageados ontem, afirmou que a Carta, apesar de ser uma “obra jurídica densa”, ainda está “inacabada” e precisa ser regulamentada. Primeiro presidente eleito pelo voto direto sob o novo texto, ele salientou que sua reação ao processo de impeachment em 1992 ajudou a consolidar a Constituição.

— Relutei contra as injustiças sempre na esfera jurídica, até que a verdade fosse reconposta dois anos depois, com a absolvição pelo Supremo Tribunal Federal — afirmou. Collor ressaltou ter preservado “o livre e perfeito funcionamento das instituições democráticas”, inclusive do Congresso Nacional.

## Inácio: lei não foi escrita em gabinete, mas pelo povo

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que a Constituição foi elaborada num clima de debate intenso e que portanto é a mais forte da história do Brasil. O senador lembrou que não foi produzida numa sala do Congresso, num gabinete do palácio do governo ou nas mãos de um renomado jurista, mas foi fruto do clima de efervescência democrática que tomava conta da sociedade.

— As pessoas do povo, os sindicalistas, os movimentos sociais, o povo das periferias, das universidades, das escolas, os professores, os metalúrgicos, os bancários, os comerciantes, os trabalhadores em serviço, todos esses setores puderam organizadamente ajudar a elaborar o texto constitucional.

## Para Taques, vício da Carta é MP; virtude é a prioridade à pessoa

Pedro Taques (PDT-MT) apontou vícios e virtudes da Carta Magna. A medida provisória, diz, é um dos principais exemplos do primeiro caso.

— É utilizada sem qualquer cerimônia, sem obediência aos requisitos da urgência e da relevância — disse. O senador também citou como problema o texto extenso, tratando de inúmeros assuntos, o que leva como consequência ao congestionamento do STF com ações questionando a validade.

Como virtude, ele citou a priorização do ser humano. — Ela trata o indivíduo como o mais importante nessa relação com o Estado. Por isso, ele é tratado em primeiro lugar — afirmou.

## Gurgacz: Estado de Rondônia é filho da Constituição de 1988

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que o próprio estado de Rondônia pode ser considerado um “filho” da nova Carta Magna.

— A Constituição proporcionou uma reforma agrária e Rondônia é fruto de uma grande reforma agrária que se deu e se instalou no Estado — disse. Gurgacz exaltou ainda o fato de que Rondônia teve a própria constituinte promovida em 6 de agosto de 1983. De acordo com o senador, a Assembleia Constituinte do Estado inseriu garantias de autonomia ao Ministério Público estadual.

— Isso ocorreu há 30 anos e era totalmente inovador, pois nenhum estado ousara fazer tanto, nem por lei ordinária — explicou.

## Vanessa lembra participação intensa do “lobby do batom”

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a importância da participação feminina na Constituinte — segundo ela, algo inédito, já que, em toda a história, somente na elaboração da Carta de 1934 houve a presença feminina, garantida por uma única mulher.

— Elegeram-se em 1986 26 mulheres entre 166 candidatas. Eram poucas, mas a representação feminina ampliou-se de 1,9% para 5,3% no Parlamento. O “lobby do batom”, disse, aprovou 80% das demandas, como licença-maternidade de 120 dias.

— A Constituinte normatizou áreas de interesse da condição feminina, descerrando o silêncio que sobre ela pesava — elogiou.

## Casildo exalta Ulysses, “o pai da Constituição”

Casildo Maldaner (PMDB-SC) exaltou a trajetória de Ulysses Guimarães, a quem chamou de “o pai da Constituição”. O senador lembrou a convivência com Ulysses desde a fundação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1966, e quando foram deputados federais entre 1983 e 1987.

Ele lembrou a atuação de Ulysses na “belíssima luta pelas eleições diretas”.

— Seu legado, que até hoje é bússola de nossos ideais, sua voz forte, que não se calou no coração dos brasileiros, são conhecidos de todos — disse. Casildo disse ter aprendido com Ulysses o “poder do diálogo, da troca de ideias e da busca pelo entendimento”.

## Democracia do Brasil é admirada no mundo todo, diz Ana Amélia

A senadora Ana Amélia (PP-RS) salientou o vigor dos conceitos da Constituição, que determinaram mudanças fundamentais no país.

Ela disse considerar que a democracia plena, o desejo de progresso econômico e a demanda por justiça social são aspirações que a Constituição levou à consciência de todos. Ela destacou a admiração internacional pela consolidação da democracia no Brasil e classificou a liberdade de expressão como fundamental. Ela advertiu, porém, que essa liberdade é incômoda para muitos e que a voz legítima das ruas se opõe à violência como arma de “manifestantes ensandecidos”.

— Antes mesmo do voto vem a voz. E a voz tem poder.

## Estudo avalia conquistas dos trabalhadores

Um estudo da consultora do Senado Roberta Maria Corrêa de Assis avalia as mudanças nos direitos do trabalhador após a Constituição de 1988.

— O ponto fundamental é o alcance do princípio da igualdade. Empregados urbanos e rurais passaram a receber tratamento igualitário.

Outra conquista definida pela nova Constituição, destaca Roberta, é a igualdade de gênero. A partir da promulgação, ficou proibida qualquer diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. Ela cita a proibição do trabalho infantil e o limite mínimo de 16 anos de idade para o início da atividade laboral. A exceção, lembra, é o trabalho de aprendiz, a partir dos 14 anos.

— Todo o esforço no combate ao trabalho infantil decorre do consenso mundial de que a infância deve ser preservada, garantindo-se a formação de adultos saudáveis e capazes.

## Exposição lembra participação popular na Constituinte

O Senado abriga até 8 de novembro a exposição *A Participação Popular nos 25 Anos da Constituição Cidadã*. A mostra destaca a participação popular na história do país e como ela pode ser exercida hoje.

Na Senado Galeria, estão expostos textos e fotos sobre a participação popular no processo constituinte de 1988 — cartas recebidas pelo Senado e emendas constitucionais sugeridas pela população.

No Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, são apresentados os mecanismos constitucionais de participação na elaboração das leis e as contribuições do Senado para proporcionar o acesso direto ao processo legislativo.

Três computadores estão disponíveis: um com acesso à versão digitalizada das cartas recebidas pela Constituinte, um com acesso ao áudio das cartas e o outro conectado ao Portal e-Cidadania, que permite ao cidadão enviar sugestões ao Senado.

A inauguração será hoje, às 11h30, na Senado Galeria.



# Professores e estudantes fazem sugestões ao PNE

Plano Nacional de Educação deve prever melhor remuneração para profissionais do setor e ações que garantam acesso e permanência de jovens carentes em universidades públicas, segundo debatedores

PROFESSORES, ESTUDANTES E representantes dos trabalhadores em educação apresentaram sugestões ao Plano Nacional de Educação (PNE), na quarta audiência pública sobre a proposta, feita ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Os convidados criticaram a demora na discussão e pediram que modificações feitas pela Câmara não sejam acatadas pelo relator na CE, Alvaro Dias (PSDB-PR).

A representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Marta Vanelli, lembrou que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) retirou da

proposta a expressão “educação pública” no trecho que trata do investimento de 10% do produto interno bruto (PIB). Na opinião dela, manter a expressão vai reforçar a lei.

Marta sugeriu que a meta 12, que trata do ensino superior, não altere a previsão de que 40% das novas vagas sejam oferecidas nas instituições públicas. O mesmo pedido foi feito pela presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Virgínia Barros. Ela pediu mais atenção para as ações que garantam o acesso e a permanência dos jovens de baixa renda nos cursos superiores das universidades públicas.

— A gente precisa ter uma meta de investimento em assistência estudantil. Existe uma emenda de Randolfe Rodrigues [PSOL-AP] que nós, da UNE, enxergamos com bons olhos: que pelo menos 14% do orçamento da universidade vá para assistência estudantil.

Todos os convidados defenderam a remuneração dos professores. Alvaro pretende incluir no texto a equiparação do salário com a de outros profissionais de ensino superior no prazo de seis anos.

— Nós temos que investir especialmente no professor. Não temos dúvidas de que temos que fixar com clareza e contundência a questão salarial. A valorização do professor através de salários compatíveis com a função que exerce — defendeu o senador.

Ainda durante a audiência, foram discutidas questões como a valorização da educação a distância, a atenção diferenciada para educação indígena, a garantia de acesso à pré-escola e a regulamentação do ensino superior privado.

## “Não tem sentido que estudante pague pelo transporte”, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o Congresso Nacional precisa se debruçar sobre formas de financiamento do passe livre para os estudantes.

— É um assunto inevitável. Não tem sentido que quem estuda pague [pelo transporte]. Todo país que está à frente do Brasil já resolveu o problema. Em janeiro, haverá aumento da tarifa e o assunto vai engrossar as ruas novamente. O poder público tem que ter responsabilidade de resolver a questão — disse.

O presidente do Senado também comentou a polêmica que envolve artistas e editoras de livros sobre a constitucionalidade do dispositivo que exige autorização prévia para a publicação de biografias. Ele defendeu a liberdade de expressão:

— O Brasil tem mudado demais e esse processo não nos permite viver com a censura. Tenho posição contrária [aos artistas]. O papel do PMDB é garantir a liberdade de expressão. Sou contra qualquer censura, inclusive de biografias.

## Medida provisória destina R\$ 2,53 bilhões para o Fies

A Câmara analisa a Medida Provisória (MP) 626/2013, que abre crédito extraordinário de R\$ 2,53 bilhões para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Pelo Fies, o Ministério da Educação oferece empréstimos a juros mais baixos a universitários de curso privado.

De acordo com o Executivo, o número de interessados no Fies cresceu nos últimos três anos, quando os juros foram reduzidos de 6,5% para 3,4% ao ano. O prazo para quitação

da dívida, que antes era de duas vezes o período do curso, passou a ser de três.

O mesmo pedido para abertura de crédito está em proposta (PLN 15/2013) analisada pela Comissão Mista de Orçamento. Segundo o Planalto, foi necessária a edição de uma MP “pela relevância e urgência da execução” das despesas.

Se aprovada pela Comissão de Orçamento, a MP terá de ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

(Da Agência Câmara)



Cyro Miranda fala a educadores sobre o projeto relatado por Alvaro Dias (D)

## Ana Amélia repudia violência de *black blocs* em manifestações

Ana Amélia (PP-RS) criticou, na segunda-feira, a prática de violência pelos chamados *black blocs* durante as manifestações em diversas cidades brasileiras. Ela elogiou a atitude da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula por terem condenado publicamente esses atos.

A senadora reprovou a atitude dos manifestantes mascarados que espancaram o coronel da polícia militar Reynaldo Rossi e disse ter apresentado uma sugestão ao projeto do Código Penal para aumentar a pena quando o crime é cometido contra uma autoridade de Estado na área de segurança pública. Ela citou pesquisa do DataFolha que revela que 95% dos paulistanos condenam os atos desses grupos.

## Paim critica “favoritismos” nos órgãos públicos e pede realização de concursos

Paulo Paim (PT-RS) manifestou, na segunda-feira, preocupação com o excesso da terceirização no serviço público e defendeu a realização de concursos no país. Segundo ele, os concursos públicos geram bons servidores para o Estado brasileiro, já que a desafiadora tarefa da aprovação convida os jovens a redobram os esforços na preparação intelectual e a ampliarem os conhecimentos.

Paim explicou que a multiplicação de favoritismo no serviço público instala servidores descomprometidos e enfurece homens e mulheres que educam os filhos para não aceitarem compadrios, mas sim buscarem as conquistas por meio do esforço e do mérito.

## Alvaro Dias quer desoneração tributária para medicamentos

O governo deveria diminuir os impostos incidentes sobre os remédios, como forma de facilitar o acesso da população a esses produtos, defendeu na segunda-feira o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). O parlamentar lembrou que o Brasil possui uma das maiores tributações do mundo, em relação aos medicamentos: 33,9% em média, três vezes maior do que a média global.

— Simulações mostram que, sem impostos, o preço final dos medicamentos poderia ser até 30% menor. Uma aberração produzida pela nossa teia tributária: um buquê de flores ou um bichinho de pelúcia pagam, hoje, menos impostos que medicamentos, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário — disse o senador.

## Rodrigues defende emancipação de distrito pertencente a Guarujá

Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) comemorou a aprovação pelo Senado das novas regras para a criação de municípios (PLS 98/2002 — Complementar). Ele defendeu a emancipação de Vicente de Carvalho, distrito que pertence ao município de Guarujá (SP).

Ele afirmou que Vicente de Carvalho tem todas as condições para se tornar um município — com população de 160 mil habitantes, área de 70 quilômetros quadrados, comércio forte, grande crescimento no setor imobiliário e arrecadação de impostos maior do que várias cidades do estado de São Paulo.



Marcia Moritz/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla

Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



# Avança criação da Agência Nacional de Assistência Rural

Projeto foi aprovado pela Comissão de Agricultura. Anater terá como função garantir que pequeno e médio produtor rural tenham acesso a serviços de assistência técnica, para elevar produtividade e renda

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem o projeto de lei que cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que terá como objetivo aumentar a produtividade e a renda, prioritariamente, de agricultores familiares e médios produtores rurais. O PLC 81/2013 é do Poder Executivo.

A agência funcionará como um serviço social autônomo, nos moldes do Sistema S. O Executivo fará um contrato de gestão com a Anater, no qual serão estipulados os prazos, as metas, as responsabilidades e os critérios para avaliar o uso das verbas repassadas.

Waldemir Moka (PMDB-MS) explicou que a Anater trabalhará em sintonia com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa):

— A Embrapa é uma empresa que gera pesquisa, conhecimento, mas hoje esse conhecimento tem dificuldade de chegar até a ponta, o produtor. A Anater vai suprir essa deficiência. A extensão rural faz a grande diferença

para a agricultura, não para o grande, que tem técnicos veterinários, agrônomos à disposição, mas sobretudo para o pequeno agricultor familiar, que terá assistência técnica de qualidade.

Entre as competências da agência, estão a contratação de serviços de assistência e extensão e a articulação com os órgãos públicos e entidades privadas do setor.

## Diretoria

A Anater terá uma diretoria-executiva (presidente e 3 diretores), um conselho de administração (11 integrantes) e um conselho fiscal (3 membros).

O presidente e os diretores-executivos da agência terão mandatos de quatro anos, com nomeação pela Presidência da República. Um dos diretores deverá ser da Embrapa.

No caso do conselho de administração, haverá representantes do poder público e de entidades privadas, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

(Contag) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O relator do projeto na CRA foi Acir Gurgacz (PDT-RO).

A proposta depende da aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde é relatada por José Pimentel (PT-CE).

## Gurgacz: melhor assistência rural combate a pobreza

Segundo Acir Gurgacz (PDT-RO), a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) é uma medida de fundamental importância para os pequenos e médios agricultores. Ele pediu o apoio do Senado ao projeto e lembrou os debates na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o tema:

— Realizamos um verdadeiro diagnóstico da situação precária da assistência técnica, discutimos alternativas e apresentamos propostas que certamente contribuíram para a reestruturação desses serviços.

Para Gurgacz, os pequenos agricultores têm sido assistidos de forma limitada por entidades estaduais desde a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), em 1990. Ele crê que a melhoria da assistência técnica estimulará o aumento da produtividade e o combate à pobreza.

## Plenário vota hoje crédito para produtores de etanol e PEC do Trabalho Escravo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que será votada hoje a Medida Provisória 622/2013, que abre crédito extraordinário de R\$ 380 milhões para pagar subvenção aos produtores de etanol combustível do Nordeste. A MP perde validade no dia 6 e tranca a pauta do Plenário.

— O prazo de duas sessões de intervalo entre a leitura e a votação, acordado entre as lideranças partidárias, se encerra nesta quarta-feira.

De acordo com o

presidente, hoje também haverá a primeira sessão de debate da proposta de emenda à Constituição que regula a expropriação de propriedades urbanas e rurais nas quais fique comprovada a exploração de trabalho escravo. A PEC foi aprovada no dia 17 pela comissão mista criada para regulamentar dispositivos da Constituição.

— O Brasil está sendo muito cobrado internacionalmente para votar rapidamente essa questão do trabalho escravo — disse Renan.



Ana Rita conversa com crianças atingidas pelo uso irregular de agrotóxico

## Comissão de Direitos Humanos visita escola atingida por pulverização aérea em Goiás

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) visitou ontem o município de Rio Verde (GO) para ouvir famílias e verificar os impactos causados pela pulverização aérea de agrotóxicos na Escola Municipal São José do Pontal, em maio.

Os senadores constataram a situação de 36 estudantes e 2 trabalhadores intoxicados, que teriam encontrado dificuldades para tratamento. Problemas respiratórios, ardência nos olhos, dores de cabeça, alteração da pressão sanguínea e insônia estão entre as consequências do agrotóxico Engeo Pleno, não autorizado para pulverização na aérea, segundo a Anvisa.

Pela manhã, houve audiência na Câmara Municipal de Rio Verde. O diretor da escola, Hugo dos Santos, disse que as crianças não apresentavam problemas de saúde antes

da pulverização. Os pais relataram que elas precisam de atendimento especializado e o representante do Ministério da Saúde, Carlos Augusto Vaz de Souza, citou parceria com secretarias municipais e estadual de Saúde.

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), e a comitiva também visitaram escola no Assentamento Pontal dos Buritis. Ela pediu a correção do uso irregular de agrotóxicos e a punição exemplar.

Da diligência, saíram propostas de criação de grupo multiprofissional para assistência às vítimas, criação de comissão temporária para acompanhamento de casos similares e provocação ao Inkra e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para implantação de sistemas de produção agroecológicos e orgânicos no assentamento.

## Waldemir Moka diz que Mato Grosso do Sul tem 79 fazendas invadidas por índios

Em discurso ontem, Waldemir Moka (PMDB-MS) disse que Mato Grosso do Sul já tem 79 propriedades rurais invadidas por índios. Algumas das invasões, disse o senador, datam da década de 80. Na semana passada, informou, nove fazendas foram invadidas por grupos de índios no município de Japorã.

— Os índios estão armados com arcos, flechas e foices. Eles causam destruição e geram medo nas sedes das fazendas — disse.

De acordo com o senador, os índios da Aldeia Porto Lindo pedem a extensão da reserva de 1.649 hectares para 9.454 hectares.

Na interpretação do parlamentar, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, é clara e impede que reservas já existentes tenham a área ampliada sem que o governo compre as propriedades privadas que serão destinadas para esse fim.



Acir Gurgacz e Waldemir Moka dizem que texto favorece pequeno agricultor

## Aprovado relatório da MP da Lei da Seca

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 623/2013 aprovou ontem o relatório de Cícero Lucena (PSDB-PB). A medida, conhecida como MP da Lei da Seca, facilita a quitação de dívidas de produtores rurais atingidos pela estiagem. A medida tem prazo de validade até 15 de novembro e ainda precisa passar pela análise da Câmara dos Deputados e do Senado.

A aprovação do relatório da MP, no entanto, não ocorreu sem polêmica. Um requerimento para retirada de pauta — assinado pelo líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), e pelo deputado Júnior Coimbra (PMDB-TO) — chegou a ser apresentado. O pedido foi

rejeitado por 14 votos a 2.

A MP complementa a Lei da Seca (Lei 12.844/2013), que trata de operações de crédito rural relativas a empreendimentos em áreas atingidas pela seca. A expectativa do governo é que cerca de 100 mil operações sejam alcançadas pela medida, cujo custo para o Tesouro

Nacional está estimado em R\$ 126 milhões. De acordo com a proposta, as dívidas contratadas até R\$ 15 mil terão desconto de 65%; para valores de R\$ 15 mil a R\$ 35 mil, o desconto é de 45%; e finalmente, para valores superiores a R\$ 35 mil até o teto de R\$ 100 mil, o desconto é de 40%.



Relator da MP 623, Cícero Lucena (E) explica que excluiu o que já estava previsto na MP 618



# Grupo vai propor baixa emissão de carbono

Pauta de recomendações será elaborada em 90 dias para ser apresentada a União, estados e municípios. Mudanças na política tributária também serão discutidas

A PARTIR DOS debates do seminário Política Tributária e Sustentabilidade: uma plataforma para a nova economia, realizado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), um grupo de trabalho dirigido por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e formado por senadores, ambientalistas e especialistas terá 90 dias para apresentar uma pauta aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tanto da União quanto dos estados e municípios. O objetivo é induzir comportamentos econômicos que estimulem as baixas emissões de carbono. A criação de uma taxa, imposto ou contribuição ambiental ou a adequação da atual legislação para esse fim será discutida.

— O grupo vai propor mudanças na política tributária, de investimentos, de compras



Presidente da comissão, Lindbergh Farias (3º à esq.) coordena o debate com Teixeira Nunes, Andréa Azevedo e Caio Magri

governamentais e de desoneração — disse o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ).

Para o senador, um dos autores do requerimento do seminário, o modelo de desenvolvimento deve incorporar quatro variáveis: crescimento, inclusão, inovação tecnológica e sustentabilidade. O Brasil,

afirmou, tem todas as condições de liderar a mudança da matriz econômica, mas precisa enfrentar o desmatamento, assegurar matriz energética limpa e renovável e tomar decisões que priorizem o coletivo, como investir em transporte público de qualidade.

Caio Magri, gerente-

executivo de Políticas Públicas do Instituto Ethos, classificou como estratégicas as políticas que incentivam o desenvolvimento sustentável.

— Não é possível atravessar esse início de século sem rever mecanismos que induzam desenvolvimento de forma justa e sustentável — disse Magri.

A diretora de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Andréa Azevedo, destacou a importância do debate para a economia sustentável.

— Como o crescimento da economia e da inovação pode levar ao bem-estar? Em que medida o redirecionamento da política tributária pode fazer diferença na economia?

O secretário-adjunto da Receita Federal, Luiz Fernando Teixeira Nunes, alertou para a necessidade de atenção à questão orçamentária. Ele citou a necessidade de que os instrumentos sejam adotados não apenas pela União, mas pelos estados e municípios.

— A diminuição de carga tributária com vista à sustentabilidade visa reduzir gastos no futuro próximo — afirmou o secretário.

## Especialistas criticam o sistema tributário atual do Brasil

Os participantes do seminário acreditam que o sistema tributário vigente está superado porque não estimula sistemas de produção que interessem ao desenvolvimento do país. O novo sistema precisa ser menos injusto e inadequado, frisaram.

Para Ricardo Abramovay, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), há contrastes entre crescimento e prosperidade. Ele citou as desonerações na produção de automóveis e o agravamento da mobilidade urbana. Segundo Abramovay, São Paulo perde R\$ 40 bilhões por ano com congestionamentos e o Rio de Janeiro, R\$ 29 bilhões.

Marcio Pochmann, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), considera cada vez menores as chances de continuidade da espécie humana se não houver uma profunda transformação. Ele sugere, entre outras medidas, inverter a lógica dos investimentos em ciência e tecnologia, com ênfase em processos e sistemas poupadores de recursos naturais, para uma vida menos consumista.

Odilon Guedes, mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), lembrou que no Brasil um milionário paga o mesmo tributo sobre um pão que o assalariado. O imposto



Ana Amélia entre Guedes, Nogueira, Pochmann, Abramovay, Lima e Motta

sobre propriedade rural do Brasil inteiro, disse, é menor do que dois meses de imposto territorial urbano na cidade de São Paulo. Não há impostos sobre grandes propriedades nem sobre herança ou fortuna.

Ronaldo Motta, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), lamentou que o desenho tributário para o meio ambiente não esteja em discussão no Senado.

Jorge Nogueira, professor do Centro de Estudos em Economia, Meio Ambiente e Agricultura da Universidade de Brasília (UnB), ponderou sobre as injustiças que a cobrança de uma taxa ambiental pode trazer, como o fato de o tributo incidir sobre o degradador com um peso maior justamente quando ele busca corrigir-se.

André Lima, assessor especial de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), também lamentou que o sistema tributário incida mais sobre o consumo e não sobre a renda.

— Falta cidadania tributária e transparência na política do sistema tributário do país.

### Renan anuncia que Senado vai votar autonomia do BC

O presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou a afirmar ontem que colocará em votação o projeto PLS 102/2007, que prevê a autonomia do Banco Central.

— Precisamos proteger o banco das influências do poder político, do mercado e até da mídia — disse.

Quanto à resistência de alguns setores ao projeto, Renan afirmou que é papel do Legislativo discutir mecanismos semelhantes ao do projeto.

— Quase todos os projetos têm resistência, venham de onde vierem. Ora é do governo, ora é da mídia, ora é do mercado, ora é do poder econômico. Cabe ao Parlamento aprimorar tudo que aqui está tramitando para que tenhamos um Brasil melhor.

### Taques: emendas devem combater desigualdade entre municípios

Embora seja a favor da extinção das emendas de deputados e senadores ao Orçamento da União, Pedro Taques (PDT-MT) explicou como tem destinado recursos aos 141 municípios de Mato Grosso.

Ele dividiu os municípios em dois grupos: os com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e os com maior índice, visando reduzir a desigualdade entre eles. A distribuição dos R\$ 15 milhões — total que cada parlamentar pode destinar por meio de emenda individual — é feita entre os grupos, para que todas as cidades sejam atendidas até 2018, quando termina o mandato. A definição de como o dinheiro é aplicado é feita pela comunidade, que realiza audiências públicas.

### Para Jarbas, PEC do Orçamento Impositivo é "lorota"

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou a Proposta de Emenda à Constituição 565/2006, que cria o orçamento impositivo e pode ser votada nesta semana no Plenário do Senado.

Na visão do senador, a PEC não passa de "uma lorota" porque não tornará o Orçamento da União impositivo. Jarbas disse que a PEC só obriga a execução de emendas parlamentares individuais, até o limite de 1% da receita corrente líquida do exercício anterior. Segundo ele, seriam R\$ 6,2 bilhões em 2013. Jarbas acrescentou que era simpático à ideia original, que era a imposição de limites ao governo federal.

### Figueiró manifesta preocupação com segurança nas fronteiras

Em discurso no Plenário na segunda-feira, Ruben Figueiró (PSDB-MS) manifestou preocupação com a segurança pública nas regiões de fronteira. O senador lembrou que o Brasil tem 7 mil quilômetros de divisas com outros países — o que facilitaria ações como contrabando, descaminho, tráfico de drogas e exploração sexual.

— O problema é gravíssimo e exige rápida atenção. Infelizmente, o governo federal não tem dado a devida atenção à fronteira — afirmou.

De acordo com Figueiró, a baixa execução orçamentária da União para o setor mostra a pouca prioridade com que o governo cuida das questões de interesse da região de fronteira.

### Vanessa apoia Equador em disputa com empresa petrolífera

Em discurso no Plenário ontem, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) leu um manifesto de apoio ao povo equatoriano. O texto é assinado por personalidades brasileiras e externa solidariedade ao país vizinho em uma disputa com a petrolífera Chevron.

A senadora afirmou que a Texaco, absorvida pela Chevron, explorou petróleo no Equador, principalmente na região amazônica, e despejou 71 milhões de litros de resíduo de óleo e 64 milhões de litros de petróleo bruto na área. A senadora disse que a catástrofe poderia ter sido evitada se a Texaco usasse tecnologia mais moderna, que a própria empresa usa em outros países. A estratégia seria para maximizar os lucros no país vizinho.